

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 169.726 - MA (2019/0358391-9)

RELATOR : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**
SUSCITANTE : **JUÍZO DA VARA DO TRABALHO DE SANTA INÊS - MA**
SUSCITADO : **JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA DE SANTA INÊS - MA**
INTERES. : **DENNIS FRANCISCO DAS CHAGAS CUTRIM**
ADVOGADO : **MARIANE BEZERRA COELHO - MA013771**
INTERES. : **MUNICÍPIO DE SANTA INÊS**
ADVOGADOS : **JOSÉ ELOI SANTANA COSTA FILHO - MA009335**
: **MARA RUBIA ARAUJO DA SILVA BRINGEL - MA005689**
: **ERICK SILVA DE OLIVEIRA - MA016928**

DECISÃO

Cuida-se de conflito negativo de competência entre o **Juízo da Vara do Trabalho de Santa Inês/MA** (suscitante) e o **Juízo de Direito da 1.ª Vara de Santa Inês/MA** (suscitado), nos autos da ação ordinária ajuizada por Dennis Francisco das Chagas Cutrim em desfavor do Município de Santa Inês/MA.

A ação foi proposta perante a Justiça Comum, a qual declinou da competência para processar o feito, sob o fundamento de que o servidor "*fora contratado a revelia do Direito, por contrato nulo, tendo, inclusive, sido declarado em sentença proferida no processo n. 585/2013, mantida a decisão judicial 2º grau determinando a exclusão dos quadros dos municípios de todos os servidores contratados irregularmente, para que servidores concursados pudessem ser nomeados e empossados*" (fl. 67).

Recebidos os autos, a Justiça do Trabalho também se deu por incompetente e suscitou o presente incidente, por considerar que "*pelos documentos adunados ao processo pelo próprio autor, este foi admitido de modo direto para exercer o cargo em comissão de Agente Administrativo I*" (fl. 93).

Essa a origem do presente conflito.

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

Porque presente a condição prevista no art. 66, II, do CPC, bem como satisfeita a exigência inserta no art. 954 do diploma processual com as peças apresentadas,

conheço do presente conflito de competência.

No que concerne à questão de fundo, tem-se que Dennis Francisco das Chagas Cutrim alega haver sido admitido pelo Município de Santa Inês/MA, em 01/03/2013, para exercer "*o cargo comissionado de Agente Administrativo I*" (fl. 7).

O Juízo suscitado pronunciou-se quanto à nulidade deste contrato, mas não quanto à sua natureza jurídica.

Dessarte, é colocada em causa, para além da validade, também a natureza jurídica e a extensão do vínculo entre as partes, como elementos determinantes para aferir a procedência do pedido formulado pelo autor.

Quanto a isso, a atual compreensão firmada neste Superior Tribunal de Justiça é a de que a relação – válida ou nula – entre os entes públicos e seus agentes é, **em regra**, de natureza jurídico-administrativa, fixando a competência da Justiça Comum para solver as controvérsias decorrentes dessa avença.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO EM CONFLITO DE COMPETÊNCIA. EXISTÊNCIA, VALIDADE E NATUREZA DO VÍNCULO LABORAL. EXERCÍCIO DE CARGO COMISSIONADO. SÚMULA 218/STJ. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM ESTADUAL.

1. Compete à Justiça Comum, Estadual ou Federal, processar e julgar as ações nas quais são colocadas em causa a existência, a validade e a natureza jurídica do vínculo entre o ente público e seus agentes. Precedentes do STJ e do STF.

2. O exercício de cargo em comissão firma a competência da Justiça Comum para processar e julgar as lides daí decorrentes. Súmula 218/STJ ("Compete à Justiça dos Estados processar e julgar ação de servidor estadual decorrente de direitos e vantagens estatutárias no exercício de cargo em comissão").

3. Por certo que a expressão "servidor estadual", assim grafada no aludido verbete, não afasta do campo de incidência da Súmula 218/STJ as relações laborais havidas entre municípios e seus servidores comissionados, pois onde há a mesma razão, deve haver o mesmo direito.

4. Agravo Interno a que se nega provimento.

(AgInt no CC 147.729/PA, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA,

PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 18/11/2016).

PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. EMPREGADO PÚBLICO. FUNDAÇÃO MUNICIPAL. JUSTIÇA DO TRABALHO.

1. Cuida-se de Conflito Negativo de Competência entre o TRT da 6ª Região contra decisão do TJ/PE em relação a Reclamação Trabalhista proposta por empregado celetista contratado pela Fundação Estatal Municipal de Saúde de Petrolina/PE para o cargo de Maqueiro, tendo o contrato perdurado, conforme documentação constante nos autos, entre 1.7.2009 e 8.8.2013.

2. A Primeira Seção do STJ, em harmonia com as decisões recentes do STF, tem adotado o entendimento de que a competência para processar e julgar os litígios instaurados entre os agentes públicos e os entes estatais a que servem depende da natureza jurídica do vínculo entre as partes, cabendo à justiça trabalhista o exame das relações fundadas na CLT e à Justiça Comum, Federal ou Estadual, aquelas sujeitas a regime estatutário ou jurídico-administrativo.

Precedentes: CC 129.447/RN, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira SEÇÃO, julgado em 9/9/2015, DJe 30/9/2015; CC 125.666/RS, Rel.

Ministro Raul Araújo, Segunda Seção, julgado em 9/9/2015, DJe 6/10/2015; AgRg no CC 125.129/RJ, Rel. Ministra Marga Tessler (Juíza Federal Convocada do TRF 4ª Região), Primeira Seção, julgado em 11/2/2015, DJe 19/2/2015.

3. A competência da Justiça Comum dar-se-ia nos casos em que o empregado celetista for contratado com base em contrato temporário de trabalho em razão da natureza administrativa da relação jurídica, prevista no art. 37, IX da CF/1988. A propósito: AgRg no CC 142.917/PR, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Seção, julgado em 23/11/2016, DJe 1/12/2016.

4. Conflito conhecido para declarar competente a Justiça do Trabalho.

(CC 160.769/PE, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 26/02/2019)

Tenha-se em conta, ainda, o pronunciamento do Pleno do Supremo Tribunal Federal que, no julgamento da **Rcl 7.857 AgR/CE**, por decisão unânime, compreendeu competir à Justiça Comum "*pronunciar-se sobre a existência, a validade e a eficácia das relações entre servidores e o poder público (...) ainda que submetida a vícios de*

origem".

Confira-se:

Agravo regimental na reclamação. Administrativo e Processual Civil. Dissídio entre servidor e o poder público. ADI nº 3.395/DF-MC. Cabimento da reclamação. Incompetência da Justiça do Trabalho.

1. Por atribuição constitucional, presta-se a reclamação para preservar a competência do STF e garantir a autoridade das decisões deste Tribunal (art. 102, inciso I, alínea I, CF/88), bem como para resguardar a correta aplicação das súmulas vinculantes (art. 103-A, § 3º, CF/88). Não se reveste de caráter primário ou se transforma em sucedâneo recursal quando é utilizada para confrontar decisões de juízos e tribunais que afrontam o conteúdo do acórdão do STF na ADI nº 3.395/DF-MC.

2. Compete à Justiça comum pronunciar-se sobre a existência, a validade e a eficácia das relações entre servidores e o poder público fundadas em vínculo jurídico-administrativo. O problema relativo à publicação da lei local que institui o regime jurídico único dos servidores públicos ultrapassa os limites objetivos da espécie sob exame.

3. Não descaracteriza a competência da Justiça comum, em tais dissídios, o fato de se requererem verbas rescisórias, FGTS e outros encargos de natureza símile, dada a prevalência da questão de fundo, que diz respeito à própria natureza da relação jurídico-administrativa, ainda que desvirtuada ou submetida a vícios de origem.

4. Agravo regimental não provido.

(Rcl 7.857 AgR/CE, Rel. Ministro DIAS TOFFOLI, TRIBUNAL PLENO, DJe 01/03/2013)

Nesse contexto, a despeito de haver manifestação judicial quanto à nulidade do contrato, permanecem colocada em causa a natureza e a extensão do vínculo entre as partes, o que deve ser decidido de forma fundamentada pela Justiça Comum Estadual.

ANTE O EXPOSTO, e com fundamento no art. 955, parágrafo único, do CPC e na Súmula 568 do STJ, decido de plano o presente conflito para declarar competente o **Juízo de Direito da 1.ª Vara da Comarca de Santa Inês/MA**, o suscitado, para que

Superior Tribunal de Justiça

prossiga no julgamento da demanda, decidindo-a como entender de direito.

Dê-se ciência aos juízos suscitante e suscitado.

Publique-se

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator